

Instituições de acolhimento governamentais e não governamentais: um estudo sobre rotinas de crianças e adolescentes

Governmental and non-governmental care institutions: a study of routines of children and adolescents

DOI:10.34117/bjdv8n4-217

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

Andréa Imbiriba da Silva

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará- Belém.

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, CEP: 66075-110

E-mail: andrea.silva@ntpc.ufpa.br

Sabine Heumann

Mestrado em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará - Belém

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, CEP: 66075-110

E-mail: heumannsabine@gmail.com

Lília Iêda Chaves Cavalcante

Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituição: Universidade Federal do Pará- Belém

Endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, CEP: 66075-110

E-mail: liliaccavalcante@gmail.com

Amanda Cristina Ribeiro da Costa

Doutora em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará - Belém

Instituição: Docente do Curso de Serviço Social na Universidade da Amazônia (UNAMA)

Endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, CEP: 66075-110

E-mail: amandacostaufpa@gmail.com

RESUMO

De acordo com o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o ambiente institucional tem impacto em diferentes dimensões do desenvolvimento, e entre as características que compõem a influência estão as rotinas. Neste estudo, objetivou-se apontar diferenças e semelhanças entre os componentes da rotina de crianças e adolescentes acolhidos em instituições governamentais (OG) e não governamentais (ONG) em três regiões do Pará. Foi utilizado o Inventário de Rotina e uma abordagem quantitativa dos dados. Entre os resultados destaca-se que, durante a semana, a atividade mais frequente foi Sono, descanso e despertar (OG: M=717; ONG: M=580), a companhia foi Todos em ONGs (M=546) e em OGs Outros acolhidos e profissionais da instituição (M=735) e o Quarto foi o ambiente mais mencionado (OG: M=852; ONG: M=591).

Observou-se que a rotina institucional, em ambos os casos, possui pouca variabilidade. Esse cenário sugere que a constância, a previsibilidade e a regularidade podem estar mais acentuados nas rotinas institucionais

Palavras-chave: rotina, institucionalização, psicologia do desenvolvimento.

ABSTRACT

According to the Bioecological Model of Human Development, the environment can impact development and, it is believed, the characteristics that compose it can be analyzed through routines. The objective was to point out differences and similarities between the routine components of children and adolescents hosted by governmental (GO) and nongovernmental organizations (NGO) in three regions of Pará. Routine Inventory and a quantitative data approach were used. Among the results, the most frequent activity during the week was Sleep, rest and wakefulness (OG: M=717; ONG: M=580); the company was All in NGOs (M=546) and OGs Other greeters and professionals of the institution (M=735) and the Bedroom was the most mentioned environment (OG: M=852; ONG: M=591). It was observed that the institutional routine has little variability. This scenario suggests that constancy, predictability and regularity may be more accentuated in institutional routines.

Keywords: routine, institutionalization, developmental psychology.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da rotina de crianças e adolescentes que foram acolhidos em ambientes institucionais remete à compreensão dos imbricados processos de rupturas e permanências das características históricas das chamadas instituições totais, como descrito na obra Goffman (1974). Nela, o autor afirma que o que caracteriza as instituições totais seria a existência de uma separação bem marcada desta em relação ao restante da sociedade, com a ação de mecanismos de isolamento físico (como grades, fossos, entre outros) ou simbólico (como a falta de interação entre instituição e mundo externo). As instituições totais, segundo ele, são instituições nas quais os indivíduos tendem a dormir, brincar e trabalhar em um mesmo ambiente e sob uma mesma autoridade. Além disso, o grupo de pessoas que vive nesse ambiente é obrigado a se organizar da mesma forma e realizar as mesmas atividades, de forma coletiva, com base em orientações impostas e previamente estabelecidas.

Para Goffman (1974), as instituições tendem a conservar parte das características das instituições totais, ou seja, preservam com o passar dos anos a tendência ao isolamento social, o que se configura como um ponto de atenção para os estudos de psicologia que investigam o desenvolvimento, principalmente a partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano-MBDH, que valoriza a interação da pessoa

e seus contextos. Ainda que as contribuições de Goffman remontem a tempos hoje distantes, Benelli (2015) afirma que a herança das instituições totais, está presente no modo como as instituições estão organizadas na atualidade.

Um dos estudos que têm grande destaque por descrever a rotina/cotidiano dos orfanatos-prisões no Brasil é de Altoé (1990). A autora destaca que nesses locais a criança era percebida como objeto, devendo aprender o mais rápido a rotina já previamente estabelecida. A proporção cuidador-criança era prejudicada com a entrada de muitas crianças nas instituições, o processo de adoecimento era constante, bem como a falta de um cuidado personalizado. A rotina de organização institucional é considerada rígida pela autora, inclusive para as crianças menores, na medida em que o adulto disciplinado pela gestão controla a criança na sua rotina diária.

Já na década de 80, com o processo de redemocratização do país, os movimentos sociais que lutavam pelos direitos de crianças e adolescentes, ressaltam as contrariedades e prejuízos ao desenvolvimento desses sujeitos nas ditas instituições. Nesse momento, as organizações não-governamentais se organizam e começam a intervir na realidade nas instituições totais (Epifânio & Gonçalves, 2017), primeiro possibilitando abertura das mesmas para o convívio dos internos com a comunidade e, em seguida, elas próprias assumindo o acolhimento dessas crianças e adolescentes, embora valha destacar que as instituições filantrópicas têm papel ativo na institucionalização durante todo o século XX. Todavia, a formalização das ONGs como instituições de acolhimento é possível por meio do crescimento do chamado terceiro setor no Brasil, que assume responsabilidades estatais principalmente aquelas relativas à área social, recebendo recursos públicos para desenvolver suas ações (Rizzini & Rizzini, 2004).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e outras legislações protetivas para esses segmentos, instituiu-se a doutrina da proteção integral que passou a considerar crianças e adolescentes sujeitos de direitos e indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento. Dessa forma, novos parâmetros para as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes foram estabelecidos, sendo, a partir de então, prioridade assegurar a esse público todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Conanda, 2009).

Atualmente, a medida de acolhimento institucional no Brasil deve ser provisória, excepcional e breve, com a prerrogativa de que todos os esforços devem ser empreendidos

para o retorno da criança à sua família de origem (Brasil, 1990). O funcionamento dos serviços de acolhimento, tanto governamentais quanto não governamentais, passou a ser regulamentado pelo documento *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Conanda, 2009). Esse documento discorre sobre práticas que devem ser adotadas nas instituições como forma de minimizar os impactos causados pela institucionalização e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento destes sujeitos. O documento propõe medidas voltadas à proteção integral, à manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à preservação da liberdade de crença e religião, garantindo respeito à diversidade e não discriminação, o atendimento personalizado e em pequenas unidades e grupos, privilegiando-se ações descentralizadas e municipalizadas, bem como o respeito à autonomia, tanto de crianças quanto de adolescentes e jovens.

O ambiente físico e social em que estão inseridos a criança e o adolescente tem reconhecida importância no seu desenvolvimento, podendo ter um efeito positivo ou negativo nesse processo (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner, 1996, 2011). O ambiente, a partir do MBDH, é percebido de forma ampliada, contemplando papéis, atividades molares e relações interpessoais que nele ocorrem (Bronfenbrenner, 1994, 2011).

De acordo com o MBDH (Bronfenbrenner, 1996, 2011), para que o ambiente seja considerado positivo ao desenvolvimento, entre outros pontos, deve possibilitar a manutenção de relações recíprocas, fortes e duradouras, a interação com diferentes objetos, a exposição a diferentes estímulos, o engajamento em atividades variadas por períodos regulares e prologados de tempo, a inserção em ambientes variados, além do exercício de diferentes papéis. Esses aspectos do ambiente devem ser considerados independentemente do contexto de desenvolvimento a ser analisado, entretanto, percebe-se que estudos sobre desenvolvimento humano estão concentrados historicamente na família, apenas mais recentemente esse cenário vem sendo alterado e os ambientes institucionais vêm ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas, uma vez que várias são as suas configurações e dinâmicas.

Adicionalmente, é importante destacar que o ambiente institucional se diferencia do familiar em todos os níveis do sistema ecológico, como argumenta Bronfenbrenner (1996). Na esfera do Microsistema, admite-se que a rotina institucional tende a ser mais rígida que a familiar e as relações afetivas entre cuidador e criança tendem a ser mais distantes, fazendo com que as experiências das quais as crianças fazem parte acabem sendo mais restritas. Corroborando essa afirmação, Tenório e Lima (2020) destacam

ainda que, no caso de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, a instituição é considerada o microsistema central.

Tratando-se do Mesossistema, observa-se que no abrigo institucional ou instituição similar, a criança tende a ter menos oportunidades de interação e participação em outros microsistemas, por seguir padrões muitas vezes mais rígidos - com rotinas pré-estabelecidas e relações determinadas - uma instituição, de maneira geral, tende a ficar muito mais isolada da comunidade do que uma família, o que impacta no desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). Nesse contexto, o Mesossistema é composto pelas interações entre diferentes microsistemas que o indivíduo convive como as relações entre crianças e família nuclear, extensa e/ou substituta, a escola, a comunidade como um todo, e os locais de lazer (Tenório & Lima, 2020).

No nível do Exossistema, entende-se que também há uma diferenciação, já que a criança que está em uma instituição sofre impactos menores de microsistemas externos ao seu, devido à rigidez que a instituição tende a ter, com regras, políticas pré-estabelecidas e de difícil mudança, quando comparadas a um contexto familiar (Bronfenbrenner, 1996). Considera-se como partes do Exossistema o Conselho Tutelar, delegacias e o juizado, por exemplo (Tenório & Lima, 2020).

E, por fim, tratando do nível do Macrossistema, pode-se perceber que a imagem social das crianças que vivem em instituições de acolhimento tem impactos no seu desenvolvimento. Elas são vistas de outra maneira pela sociedade como um todo, o que deve ser considerado já que o desenvolvimento da criança também passa pelo aspecto das expectativas que as pessoas têm em relação a ela. Se é esperado que sigam um caminho de fracasso, as oportunidades de desenvolvimento e interação oferecidas a elas serão mais restritas, o que tende a fazer com que seu desenvolvimento seja prejudicado (Bronfenbrenner, 1996).

Entende-se, de acordo com o que afirma Bronfenbrenner (1996), que o contexto institucional tende a prejudicar mais o desenvolvimento quando combina um ambiente com poucas possibilidades de interação entre cuidador e criança em diferentes atividades, com poucas oportunidades de locomoção, com poucos objetos estimulantes, o que era comum nas instituições até final do século XX. Entretanto, o autor defende que esses possíveis prejuízos podem ser evitados ou revertidos quando a pessoa em desenvolvimento passa a estar em um contexto que apresente condições favoráveis para o seu desenvolvimento, como oportunidades de locomoção e objetos para atividades espontâneas, cuidadores disponíveis e que interagem com a criança em diversas

atividades e uma figura representativamente análoga à materna, com quem a criança possa desenvolver um vínculo sólido, que são orientações contempladas em alguma medida por documentos técnicos lançados pelo CONANDA e outras legislações.

No presente estudo o universo empírico das instituições, entendido como um contexto de desenvolvimento tão abrangente quanto ao familiar (Bronfenbrenner, 1996; Cavalcante & Cruz, 2018), será analisado a partir da compreensão e do detalhamento das rotinas já que, conforme estudos têm demonstrado, é possível, desta forma, dar-se ênfase aos aspectos relacionais e complexos do funcionamento da vida do grupo de pessoas estudado e dos ambientes físicos e sociais dos quais fazem parte (Boyce, Hartnett, James e Jensen, 1983; Costa & Cavalcante, 2018; Fernandes, Boehs, Denham, Nitschke, & Martini, 2017; Heumann & Cavalcante, 2018; Silva et al, 2010; Silva & Cavalcante, 2015; Silva & Pontes, 2016).

De acordo com Jensen, James, Boyce e Hartnett (1983), rotinas podem ser entendidas como um conjunto de comportamentos que ocorrem com regularidade e previsibilidade, atuando como símbolo de permanência ainda que haja mudanças naquele contexto, o que pode ser considerado um potencializador de resistência e adaptação. Por fim, destaca-se que é possível observar que estudos que investigam rotinas de crianças e adolescentes, independentemente do contexto analisado, vêm trabalhando com dados que descrevem e analisam as atividades, as companhias e os ambientes frequentados ao longo do tempo (Boyce, Hartnett, James e Jensen, 1983; Costa, 2016; Nascimento et al. 2019). Dentro do universo empírico das rotinas de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, ressalta-se a pesquisa de Heumann e Cavalcante (2018), que teve como objetivo descrever e comparar as atividades, companhias e ambientes característicos de rotinas de crianças e adolescentes institucionalizadas em três regiões do Estado do Pará. Os resultados obtidos apontaram que nas instituições investigadas existe uma reduzida oferta de estímulos e oportunidades de engajamento em atividades que promovam o desenvolvimento positivo ou esperado (Heumann & Cavalcante, 2018), mas com variações nos dois tipos de ambientes pesquisados.

Esses focos de análise podem ser compreendidos à luz do MBDH, que evidencia a interação dos núcleos: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (Bronfenbrenner, 2011). A partir dessa forma de compreensão, o presente estudo baseia-se nos pressupostos gerais do MBDH para analisar as rotinas em diferentes contextos institucionais (organizações de natureza governamental e não governamental). Assim, o presente estudo tem como objetivo apontar diferenças e semelhanças entre os componentes da rotina de crianças e

adolescentes acolhidos em instituições governamentais e não governamentais em três regiões do Pará – Região Metropolitana de Belém, Guamá e Caetés. Para isso, partir-se-á da descrição detalhada de atividades, companhias e ambientes rotineiramente presentes na vida diária das pessoas que vivem nesses contextos e o tempo associado a cada um desses elementos.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

Os participantes foram os profissionais (educadores, técnicos) das instituições pesquisadas, localizadas em três regiões do Pará, a saber: Região Metropolitana (RM), Região Guamá (RG) e Região Caetés (RC). Os participantes descreveram a rotina, em dias de semana e finais de semana, de grupos de crianças e adolescentes que estavam nas instituições de acolhimento pesquisadas durante o período da coleta de dados. O grupo de profissionais participantes foi escolhido por conveniência, de acordo com a disponibilidade para participação e pela proximidade com o grupo pesquisado. Com essa medida foi possível obter informações sobre a rotina com um nível maior de detalhamento. Sendo assim, em alguns casos, houve mais de um profissional respondendo por uma mesma instituição, o que fez com que o total de participantes (18) se tornasse diferente do total de instituições pesquisadas (14). A coleta de dados da pesquisa aconteceu nos ambientes externos (pátio) e internos (refeitório, dormitório, sala da secretaria e coordenação) das instituições envolvidas.

A Tabela 1 apresentada as instituições estudadas, organizadas em função da região e cidade em que estão situadas e do tipo de gestão.

Tabela 1. Instituições de acolhimento envolvidas no Estudo 1.

Região	Cidade	Gestão	Instituição
Região Metropolitana	Belém	Governamental	Espaço de Acolhimento Provisório Infantil - EAPI
		Governamental	Espaço de Acolhimento Euclides Coelho Filho
		Governamental	Espaço de Acolhimento Dulce Accioli
		Governamental	Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo
		Governamental	C.P. Espaço Acolher
		Não governamental	Lar Acolhedor Tia Socorro
		Não governamental	Creche Casa Lar Cordeirinho de Deus
		Não governamental	Abrigo Especial Calabriano
	Não governamental	Centro de Valorização da Criança – CVC	
	Ananindeua	Governamental	Serviço de Acolhimento Institucional de 0 a 6 anos
Benevides	Não governamental	Assistência e Recuperação de Crianças e Adolescentes – ARCA	
Santa Izabel	Não governamental	Assistência e Recuperação de Crianças e Adolescentes – ARCA	
Região Guamá	São Miguel do Guamá	Governamental	Abrigo para Crianças e Adolescentes
Região Caetés	Salinas	Governamental	Casa de Acolhida de Salinas

Fonte: Produzido pelos autores.

2.2 INSTRUMENTOS

Como instrumento, foi utilizado o Inventário de Rotina (IR) que permite o levantamento e a classificação das atividades, ambientes e companhias mais presentes na vida diária de uma população específica em função do tempo. O instrumento, proposto por Silva et al. (2010) a partir dos estudos de Boyce et al. (1983), torna possível a descrição detalhada de um dia típico do participante, tanto em dias de semana quanto em dias de final de semana. A aplicação do instrumento é realizada através de entrevistas com os participantes ou, se tratando de crianças, com os cuidadores.

O instrumento é organizado em uma planilha em que se pode fazer a anotação do relato do participante referente às atividades realizadas, às companhias apresentadas, aos ambientes frequentados (informações registradas nas colunas do instrumento) em intervalos de tempo de 15 minutos (informação registrada nas linhas da planilha). Para esse estudo o IR sofreu algumas adaptações em decorrência do objetivo de caracterizar, em linhas gerais, a rotina de grupos de crianças e adolescentes acolhidas. Na versão original, o instrumento é utilizado como forma de acessar informações sobre a rotina de um dado sujeito em específico, considerando a rotina de forma particular. Neste estudo, a partir das adaptações que foram feitas, foi possível a consideração dos sujeitos como membros de grupos específicos (no caso, grupos que viviam em instituições

governamentais e não governamentais). Sendo assim, a aplicação foi feita de forma coletiva, ou seja, ao invés de se descrever a rotina de crianças e adolescente em particular, buscou-se descrever a rotina de crianças e adolescentes em geral. Outra alteração realizada diz respeito às categorias de análise para as variáveis de atividades, companhias e ambientes, essas categorias foram criadas com base nos estudos de Corrêa (2011) e adaptadas com intuito de descrever a rotina de crianças e adolescentes em linhas gerais.

Para a variável Atividades foram definidas as seguintes categorias: Sono; descanso ou despertar; Higiene pessoal; Alimentação; ir à escola e estudo; Lazer; Evento Religioso; Convivência familiar e Outras atividades dentro e fora da instituição. Na variável Companhia, foram utilizadas as categorias Sozinho; Familiares; Pares; Profissionais da instituição; Outros acolhidos e profissionais da instituição, Outros acolhidos, familiares e voluntários e Todos. Por fim, destaca-se na variável Ambientes, nas quais foram descritas as categorias Quarto, Banheiro, Outros espaços da instituição, Escola, Outros espaços da comunidade e Igreja.

2.3 COLETA DE DADOS

Pesquisadores treinados para a utilização do instrumento aplicaram em cada um dos participantes dois IRs referentes a cada grupo etário (criança/adolescente): um levantou a rotina de um dia de semana e o outro a rotina do fim de semana. Em ambos os casos, foram consideradas a rotina em um dia típico, totalizando, para cada instrumento, a descrição de 1440 minutos (correspondentes à 24h diárias). Dessa forma, quando, na mesma instituição, houve mais que uma faixa etária (criança e adolescentes), o instrumento foi aplicado mais que uma vez, pontuando essa diferença. Sendo assim, o número de instrumento aplicados foi igual a 30 (N=30), em um universo de 14 instituições.

O instrumento foi preenchido através dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas, respondidas pelos participantes (os profissionais das instituições). Em seguida, os dados foram organizados no *Microsoft Office Excel*. Com os dados no programa, foi possível calcular quanto de tempo foi utilizado em cada categoria dentro das variáveis atividades, companhias e ambientes. Assim, foi possível descrever, de forma detalhada, a rotina de crianças e adolescentes em dias típicos (durante a semana e nos finais de semana).

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram descritos os valores correspondentes à Média (M) de minutos destinados para cada categoria – calculada a partir da soma dos minutos relatados pelos participantes em cada categoria de atividade, ambiente e companhia de acordo com o tipo de gestão institucional, e, posteriormente, dividindo-a pela quantidade de instrumentos respondidos para cada tipo de gestão (governamental N=15, não governamental N=15). Após, foi calculada a Mediana (Md), para a verificação da simetria dos resultados, o Desvio Padrão (DP), para verificação da variabilidade dos dados e as quantidades mínimas e máximas de minutos destinadas a cada categoria dentro de cada variável.

2.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O presente estudo parte da pesquisa aprovada pelo Edital N° 018/2012 do CNPq, realizada entre os anos de 2012 e 2014, que tem como título: *Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado* coordenada pela Prof.^a Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos através do processo n° 568.256.É um estudo descritivo, que adotou uma abordagem quantitativa dos dados e utilizou método não experimental.

3 RESULTADOS

Os resultados apresentados estão organizados de acordo com o tipo de gestão institucional (governamentais – incluindo instituições municipais e estaduais - e não governamentais). As Tabelas 2 e 3 apresentam a descrição das rotinas – compostas por atividades, companhias e ambientes - relatada pelos participantes acerca de dias típicos de crianças e adolescentes institucionalizadas, levando em conta o tipo de gestão da instituição (governamental ou não governamental). Primeiramente, serão apresentados dados referentes aos dias de semana e, na sequência, os que se referem à descrição da rotina nos finais de semana.

A Tabela 2 apresenta os dados relacionados à rotina em dias de semana de acordo com o tipo de instituição (sendo OG correspondente a instituições governamentais e ONG a não governamentais).

Tabela 2. Dados de rotina em dias de semana de acordo com o tipo de gestão institucional.

Variáveis (dias de semana)	Média		Mediana		Max		Min		DP		
	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	
Sono, descanso ou despertar	717	580	735	585	975	690	570	420	98,6	65,5	
Atividades	Higiene pessoal	130	106	135	90	225	210	90	45	34,8	54,2
	Alimentação	167	132	180	135	195	195	120	75	21,9	39,4
	Ir à escola e estudo	39	240	0	270	240	465	0	0	82,1	135,4
	Lazer	308	211	300	225	570	420	150	60	134,6	95,3
	Evento Religioso	1	25	0	15	15	60	0	0	3,9	24,5
	Convivência familiar	0	15	0	0	0	120	0	0	0,0	39,7
	Outras atividades dentro e fora da instituição	78	131	0	120	375	360	0	0	125,8	102,0
Companhias	Sozinho	20	0	0	0	150	0	0	0	52,8	0,0
	Familiares	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
	Pares	117	413	0	525	1335	735	0	0	342,8	293,7
	Profissionais da instituição	84	14	0	0	480	105	0	0	169,4	36,9
	Outros acolhidos e profissionais da instituição	735	392	600	180	1440	960	0	0	664,3	341,6
	Outros acolhidos, familiares e voluntários	0	75	0	0	0	330	0	0	0,0	105,6
	Todos	484	546	0	720	1440	840	0	0	591,0	295,3
Ambientes	Quarto	852	591	900	615	1140	690	630	420	169,3	68,5
	Banheiro	120	106	135	90	225	210	30	45	46,8	52,4
	Outros espaços da instituição	427	475	390	480	705	675	150	195	171,3	133,4
	Escola	39	236	0	255	240	450	0	0	82,1	137,9
	Outros espaços da comunidade	2	30	0	0	30	255	0	0	7,7	77,5
Igreja	0	2	0	0	0	30	0	0	0,0	7,7	

Fonte: Produzido pelos autores.

Os dados descritos na Tabela 2 demonstraram que o tempo destinado às atividades diárias esteve concentrado nas categorias Sono, descanso e despertar nas rotinas relatadas, sendo que uma quantidade maior de minutos esteve associada essa categoria de atividade em instituições governamentais (M=717 e DP=98,6). De maneira geral, observam-se semelhanças entre as porções de tempo relacionadas à descrição das atividades nos dois tipos de gestão institucional, sendo a diferença entre as médias estimada em poucos minutos.

Quanto às companhias, observa-se que há pouca variabilidade no que se refere às companhias em dias de semana, independentemente de a instituição ser de natureza governamental ou não. Observa-se que em instituições não governamentais a companhia mais frequentemente relatada foi apresentada pela categoria Todos (M=546 e DP=295,3). Utilizou-se essa denominação quando o relato do participante descrevia que a companhia naquele momento poderia ser de qualquer uma das pessoas que frequentam a instituição

(podendo incluir crianças e/ou adolescentes acolhidos, educadores, técnicos, entre outros). Outra companhia bastante frequente em instituições não governamentais foi a dos Pares (M=413 e DP=293,7). Já em instituições governamentais observa-se que a companhia mais frequente foi Outros acolhidos e profissionais da instituição (M=735 e DP=664,3), seguida pela categoria Todos (M=484 e DP=591).

Quanto aos ambientes frequentados, ambos os tipos de gestão institucional apresentaram o Quarto como o ambiente mais frequentado pelas crianças e/ou adolescentes, sendo que em instituições governamentais a média foi de 852 e em instituições não governamentais 591. Os outros ambientes mais frequentados foram: Outros espaços da instituição (OG: M=427 e DP=171,3; ONG: M=475 e DP=133,4) e Banheiro (OG: M=120 e DP=46,8; ONG: M=106 e DP=52,4).

Os dados apresentados nas Tabelas 3 correspondem à rotina em instituições governamentais e não-governamentais nos dias de finais de semana.

Tabela 3. Dados de rotina em dias de semana de acordo com o tipo de gestão institucional.

Variáveis (final de semana)	Média		Mediana		Max		Min		DP		
	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	OG	ONG	
Atividades	Sono, descanso ou despertar	712	601	720	630	975	780	570	390	100,3	133,9
	Higiene pessoal	138	104	135	90	225	210	105	60	32,2	51,8
	Alimentação	164	160	165	165	195	240	120	105	24,4	52,8
	Ir à escola e estudo	0	4	0	0	0	30	0	0	0,0	10,6
	Lazer	357	358	360	270	600	600	150	195	144,6	151,9
	Evento Religioso	0	63	0	30	0	120	0	0	0,0	55,9
	Convivência familiar	0	36	0	0	0	150	0	0	0,0	62,3
	Outras atividades dentro e fora da instituição	69	114	0	105	375	255	0	0	128,0	85,6
Companhias	Sozinho	20	0	0	0	150	0	0	0	52,8	0,0
	Familiares	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
	Pares	96	108	0	0	1320	540	0	0	340,0	223,6
	Profissionais da instituição	28	26	0	0	120	105	0	0	44,6	40,3
	Outros acolhidos e profissionais da instituição	724	348	540	180	1440	1140	0	0	661,0	384,3
	Outros acolhidos, familiares e voluntários	0	8	0	0	0	120	0	0	0,0	31,0
Ambientes	Todos	572	950	0	840	1440	1440	0	300	652,4	368,0
	Quarto	859	611	900	630	1170	810	630	390	192,6	139,8
	Banheiro	126	105	135	90	195	210	15	60	43,5	51,0
	Outros espaços da instituição	455	665	390	630	705	960	120	420	199,7	162,4
	Escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
	Outros espaços da comunidade	0	8	0	0	0	120	0	0	0,0	31,0
	Igreja	0	51	0	30	0	120	0	0	0,0	51,6

Fonte: Produzido pelos autores.

Os dados demonstraram que há uma maior concentração de atividades de Sono, descanso ou despertar em ambos os tipos de gestão institucional (OG: M=712 e DP=100,3; ONG: M=601 e DP=133,9). Outra categoria de atividades que apareceu em

destaque foi a Lazer (OG: M=357 e Dp=44,6; ONG: M=358 e Dp=151,9). Quanto às companhias, é possível ver que há o predomínio da categoria Todos (OG: M=572 e Dp=652,4; ONG: M=950 e Dp=368) e Outros acolhidos e profissionais da instituição (OG: M=724 e Dp=661; ONG: M=348 e Dp=384,3). Vale destacar que a categoria Todos abrange diferentes pessoas (como outras crianças e/ou adolescentes acolhidos, educadores, entre outros).

Destaca-se também, quanto a categoria ambientes, o Quarto como o mais frequentado, principalmente naquelas que são reconhecidas como governamentais (M=852 e Dp=1693). Nas instituições não governamentais a média de minutos foi um pouco inferior (M=591 e Dp=68,5), porém em ambos os tipos de instituição o Quarto aparece com uma média de minutos bem superior aos demais ambientes descritos. Outro ambiente descrito com frequência na rotina dessas crianças e adolescentes foi Outros espaços da instituição (OG: M=425 e Dp=171,3; ONG: M=475 e Dp=133,4 em ONG).

4 DISCUSSÃO

Este estudo foi proposto e analisado com base no MBDH (Bronfenbrenner, 1996, 2011). Para que esta interlocução entre dados empíricos e fundamentação teórica fique a mais clara possível, a seção de discussão dos resultados apresentados terá como ponto de partida a análise dos elementos da rotina (atividades, companhias, ambientes e tempo) e sua relação com os núcleos do Modelo PPCT - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Dessa forma, destaca-se a compreensão do primeiro núcleo, Processo, como as relações entre crianças e/ou adolescentes e outras pessoas com as quais convivem cotidianamente (Bronfenbrenner, 1996). No estudo em questão, os processos são observados a partir do relato da categoria Atividades. O segundo núcleo do Modelo, referente à Pessoa, está sendo considerado no presente estudo como a própria pessoa em desenvolvimento (criança e/ou adolescente) e as pessoas com quem ela interage, apresentadas aqui na variável Companhia. No que se refere ao terceiro núcleo, o Contexto, entende-se que, nas análises propostas, o contexto é conjunto de ambientes frequentados pelas crianças/adolescentes que vivem na instituição, podendo abranger ambientes da própria instituição e ambientes externos. Já referente ao núcleo Tempo, utiliza-se para a análise o período de um dia típico (em dias de semana e finais de semana), sendo entendido dentro de um período cronológico da vida de cada um e de um momento histórico.

Ao se comparar as características presentes na descrição da rotina de crianças e adolescentes em instituições governamentais e não governamentais, verifica-se que em

termos da quantidade de tempo destinado às atividades relatadas os valores encontrados não sofreram qualquer variação substancial. Entretanto, as análises realizadas não permitem afirmar com segurança o quanto este resultado foi definido pelo tipo de gestão institucional dos grupos comparados. Esta é uma consideração importante quando se sabe que as características da rotina de dada instituição representam aspectos importantes das condições em que esses sujeitos podem se desenvolver nos contextos pesquisados.

Tratando-se em específico da categoria atividades, constatou-se que as rotinas nas instituições pesquisadas apontaram para a presença de pouca variabilidade no rol que foi descrito, uma vez que parte considerável do tempo é ocupado por diferentes tipos de cuidados básicos, com poucas atividades planejadas, corroborando os achados de Machado e Serrano (2012) e Corrêa (2011). Percebe-se que isso é uma tendência histórica nas instituições, uma vez que a gestão das instituições se preocupa com atividades planejadas para serem realizadas em grupo, em horários específicos e oferecendo poucas oportunidades de interações espontâneas (Altoé, 1990).

Além disso, ainda no que diz respeito às atividades rotineiras, constata-se que a categoria Eventos Religiosos está presente em maior nitidez na descrição da rotina de instituições não governamentais ($M=63$ e $Dp=55,9$). Esse dado também pode estar associado à herança histórica das instituições de acolhimento, remetendo às primeiras instituições do Brasil (Cisne & Cisne, 2016; Rizzini & Rizzini, 2004). Conforme os autores, a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil está estreitamente ligada às santas casas de misericórdia e demais órgãos filantrópicos de cunho religioso. Analisando as características das instituições pesquisadas, o que se observa é que algumas instituições não governamentais possuem como mantenedores órgãos vinculados a quaisquer tipos de religião. Dessa forma, os dados da pesquisa explicitam que instituições com essas características tendem a impactar na rotina das crianças e adolescentes acolhidos por inserirem atividades específicas no seu cotidiano.

Ao analisar os resultados das instituições governamentais, é possível visualizar que o tempo destinado a atividades rotineiras de cunho religioso é quase inexistente. Esse dado pode estar relacionado aos parâmetros propostos pelo documento *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Conanda, 2009), que garante a crianças e adolescentes acolhidos o direito expressar com liberdade suas crenças e preceitos religiosos, garantindo respeito e não discriminação a qualquer prática religiosa. Entende-se, dessa forma, que a prática religiosa também pode estar presente na rotina de instituições governamentais, entretanto não de forma sistematizada como nas

não governamentais e, por isso, pode não ter sido relatada pelos participantes dessa pesquisa.

Quanto à categoria *Outras* atividades dentro e fora da instituição, observou-se que em instituições não governamentais a incidência é maior. Essas atividades podem estar vinculadas a órgãos religiosos, como os Emaús – que aparecem descritos na variável companhia em finais de semana, reforçando a presença de aspectos religiosos nesse tipo de instituição. Esse dado também apresenta coerência com o que vem se discutindo por Cisne e Cisne (2016) e Rizzini e Rizzini (2004) a respeito do legado histórico das instituições de acolhimento.

A categoria que se refere ao tempo destinado à Convivência Familiar é outra que apresenta um dado interessante (OG: $M=0$ e $Dp=0$ em dias de semana e finais de semana e em ONG: $M=15$ e $Dp=39,7$ em dias de semana e $M=36$ e $Dp=62,3$ em finais de semana). Assim, constatou-se que momentos destinados ao fortalecimento da convivência familiar são escassos em ambas as instituições, tanto em dias de semana quanto em finais de semana, não tendo sido relatadas a presença de atividades típicas em instituições governamentais. Esse dado pode indicar uma prática histórica dentro das instituições, uma vez que Altoé (1990) destaca que as visitas das mães às crianças e adolescentes de orfanatos-prisões eram realizadas apenas uma vez durante a semana e geralmente aos domingos. Inclusive nessas instituições, o ritual de entrada das crianças era marcado pela redução das horas de visitas, o que era vista como uma estratégia para melhor adaptação do interno. Com mudança da doutrina e funcionamento das instituições atualmente, entende-se a continuidade dessa prática fere o direito a convivência familiar, conforme prevê o ECA, questão corroborada pelos achados de (Cardoso; Cruz & Costa 2020; Santos et al. 2020). Para reforçar esse ponto de vista, os dados relativos à variável Companhia também demonstram que categorias que envolvem figuras familiares estão pouco presentes no relato dos participantes, isto é, não foram apontados como frequentes em nenhum dos tipos de instituição.

A próxima variável a ser discutida refere-se às companhias apresentadas nos relatos dos participantes. Os resultados mostraram que são poucas as diferenças entre as instituições governamentais e não governamentais nesse quesito. As companhias mais frequentes na rotina estão relacionadas e representadas por categorias que denotam a presença de um coletivo, de um grupo de pessoas (por exemplo, Todos, Pares e Outros acolhidos e profissionais da instituição). Esses dados demonstram que há uma tendência ao cuidado coletivizado dentro das instituições, o que vai de encontro com o que propõe

as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Conanda, 2009) e o MBDH (Bronfenbrenner, 1996 2011). Entretanto, observa-se que há uma maior quantidade de tempo - diferença que tende a ser significativa – destinada a categoria Educador (que representa momentos em que a criança e/ou o adolescente tem como companhia relatada apenas o educador, de forma mais individualizada). Esses momentos de interação individualizados entre adultos – crianças/adolescentes, ainda que raros têm um importante papel para o desenvolvimento dessas pessoas, conforme apresentado em literatura (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Cavalcante & Cruz, 2018; Carvalho & Amorim, 2020).

Quanto à variável Ambiente, é possível identificar claramente que o ambiente mais frequentado na rotina dessa população diz respeito a áreas internas e/ou externas que compreendem o espaço físico da instituição. Assim, identifica-se que o ambiente institucional é o mais frequente em ambos os casos, dessa forma, pode-se entender a instituição de acolhimento como o Microssistema, demonstrando ser um ambiente imediato, dessas crianças e adolescentes. De maneira geral, observa-se que, em ambos os tipos de instituição, há uma quantidade reduzida de ambientes visitados e todos estão muito restritos aos ambientes institucionais, o que corrobora os achados de Machado e Serrano (2012) e Corrêa (2011) e vai de encontro ao que propõe as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (Conanda, 2009), principalmente no que se refere à convivência comunitária, e ao que preconiza o MBDH, no que se refere à importância de a pessoa em desenvolvimento conviver diferentes ambientes (Bronfenbrenner, 1996 2011).

Quando Goffman (1974), há quase 50 anos, descreveu as instituições totais, ressaltou o caráter de isolamento destas como um ponto principal em sua caracterização. O que se observa na atualidade, com base nos indícios empíricos trazidos pelos dados de rotina das instituições pesquisadas, é que esse caráter de isolamento ainda está bastante presente. Ainda que não haja barreiras físicas (como grades e fossos, características das instituições antigas) que impeçam o contato da população que vive na instituição com os seus arredores, observa-se é o contato dos acolhidos com o mundo externo se resume, com raras exceções, ao fato de as crianças frequentarem a escola e, eventualmente, receberem visitas (convívio familiar).

A partir dessas análises conclui-se que os estudos de rotina funcionam como uma importante estratégia para acessar aspectos importantes, complexos e relacionais da vida diária de um grupo de pessoas, corroborando o que a literatura vem afirmando (Silva et

al, 2010; Costa & Cavalcante, 2018; Silva & Cavalcante, 2015; Silva & Pontes, 2016). Além disso, com o conjunto de dados apresentados é possível entender que, instituições de acolhimento com diferentes tipos de gestão preservam grande parte dos componentes da rotina semelhantes, isso porque provavelmente, são práticas que foram institucionalizadas ao longo da história e que precisam ser revistas. A mudança dessas práticas deve ser considerada a partir da perspectiva que sua manutenção pode ser prejudicial ao desenvolvimento dos sujeitos nelas envolvidos. Dessa forma, as características das rotinas, tanto diferenças, quanto semelhanças, compõem o ambiente físico e social que a criança e/ou adolescente fazem parte e por essa razão tem impacto no seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000) e, por isso, merecem atenção dos estudiosos e profissionais da área para fins de pesquisa e intervenção qualificada.

A partir da leitura dos dados e da compreensão teórica da temática, entende-se que não há orientações fixas a serem seguidas por todas as instituições no que se refere à organização da rotina. Entretanto, considera-se importante levantar os pontos trazidos nas análises apresentadas como forma de atenção para os órgãos de assistência que planejam a organização e o dia a dia das instituições de acolhimento no Brasil. Retomando o que propõe o MBDH, para que o ambiente institucional proporcione experiências reparadoras e prepare as pessoas que ali estão para a vida em sociedade - conforme é o objetivo da instituição (Conanda, 2009) - é importante que esse contexto possibilite o estabelecimento de relações recíprocas, fortes e duradouras, oportunize a interação com diferentes objetos e estímulos, permita o engajamento em diversas atividades por períodos regulares e prolongados de tempo, permita a interação em ambientes variados e com pessoas que ocupam diferentes papéis, fazendo com que a própria pessoa em desenvolvimento ocupe diferentes papéis (Bronfenbrenner, 1996, 2011). Todos esses elementos considerados pelo modelo são possibilitados, ou não, na rotina das pessoas em desenvolvimento, por isso ressalta-se a importância de estudos nesse âmbito tanto para as ciências do desenvolvimento quanto para os profissionais que trabalham com acolhimento institucional.

Por fim, retoma-se objetivo do estudo aqui proposto: compreender, de forma detalhada e minuciosa, a organização e os componentes da rotina em diferentes tipos de instituições de acolhimento – governamental e não governamental – comparando-as. Os resultados obtidos mostraram que a maioria das categorias analisadas se assemelha entre si, independentemente da natureza administrativa da instituição. Desse modo, os dados

que caracterizam as rotinas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em três regiões estudadas possuem muitas semelhanças, mesmo em instituições com tipos de gestão diferentes. Entretanto, algumas diferenças importantes foram encontradas, como é o caso da presença mais acentuada de atividades como Eventos Religiosos e ambientes como Igreja em instituições não governamentais.

Assim, pode-se afirmar que, com este estudo, foi possível ampliar os conhecimentos acerca da realidade das instituições de acolhimento no Brasil e da vida das crianças e adolescentes que se desenvolvem nessas instituições. Sendo assim, acredita-se que os conhecimentos oriundos dessa pesquisa podem favorecer o desenvolvimento da ciência psicológica, principalmente por contribuíram teoricamente para o aprofundamento de uma temática ainda pouco estudada nesse universo empírico. Além disso, especificamente no que diz respeito a psicologia do desenvolvimento, e ao MBDH, entende-se que esse estudo pode contribuir para a compreensão mais aprofundada do contexto empírico das instituições, entendido como um dos contextos de desenvolvimento tão amplos e abrangentes quanto a família, assim como, dos processos que ali ocorrem.

Dessa forma, acredita-se que esse estudo pode servir como embasamento para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais que trabalham com acolhimento. Acredita-se que isso seja possível devido às discussões que foram propostas, favorecendo a reflexão e a identificação de lacunas, sobreposições e oportunidades na rotina institucional. Identifica-se que, de maneira geral, há necessidade de uma maior variabilidade de atividades, companhias e ambientes frequentados no cotidiano.

Foi possível identificar carência no que diz respeito ao contato com a comunidade, relacionado a outro direito fundamental previsto pelo ECA, o direito à convivência familiar e comunitária. É importante que essa carência tenha sido identificada para que possa ser discutida e trabalhada no cotidiano das instituições, já que essa interação é identificada como uma atividade que pode favorecer o desenvolvimento e a reintegração à sociedade dessas crianças e adolescentes. Sugere-se que, a partir dessa constatação, sejam propostas atividades de integração entre a instituição e a comunidade, favorecendo o trânsito entre esses dois contextos, promovendo políticas para que a visita familiar seja mais frequente, para que a interação com a comunidade (vizinho, por exemplo) faça parte da realidade cotidiana dessa população. Uma prática que pode ser adotada, como forma de promover essa interação, é a comemoração de aniversários com a participação de pessoas externas (como os colegas da escola, vizinhos, familiares).

No que diz respeito aos ambientes frequentados, constata-se que este também é um ponto crítico na rotina de crianças e adolescentes acolhidas. Como visto, as pessoas que vivem nas instituições estudadas passam uma boa parte do tempo dentro do quarto ou em ambientes internos da instituição, assim, não tem uma grande variação de espaços de convívio. Esse cenário, como discutido, pode ser prejudicial para o desenvolvimento, por isso, indica-se que a rotina seja pensada de modo a favorecer a convivência em outros ambientes, para além da instituição. Sugere-se a inclusão de atividades externas à instituição, como idas a praças, museus, parques, shoppings, entre outras, para que a vida desses acolhidos seja a mais integrada possível a sociedade. Como foi discutido, o isolamento social não deveria ser uma característica constante na vida dessas pessoas, entretanto, esse é um fato que parece estar bastante presente na realidade destas, por isso algumas medidas são necessárias para que alterar essa configuração.

Para que essas discussões possam ser feitas indica-se que esses dados sejam apresentados e discutidos com as equipes que trabalham com acolhimento institucional, para que estas possam pensar e realizar mudanças na rotina dessas crianças e adolescentes, fazendo com que o seu cotidiano seja aproveitado da melhor forma possível, favorecendo o desenvolvimento e garantindo os direitos previstos pelo ECA.

Como sugestão para estudos posteriores, indica-se a descrição, análise e comparação da organização e dos componentes da rotina em instituições de diferentes estados do Brasil, e até mesmo fora do país. Dessa forma, admite-se ser possível elaborar um panorama geral das práticas adotadas em diferentes instituições e aprofundar as análises aqui propostas. Outro ponto que se considera importante é realizar estudos que comparem a rotina de crianças e/ou adolescentes que vivem em contextos familiares e institucionais, objetivando trazer evidências empíricas das diferenças entre esses dois ambientes e, dessa forma, verificar como e se as contribuições teóricas dos autores estudados aparecem na comparação entre esses dois contextos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Altoé, S. E. (1990). *Infâncias Perdidas: o Cotidiano nos Internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Editora Reinventar.
- Benelli, S. J. (2015). *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo: Editora Unesp Digital.
- Boyce, W.T., Hartnett, S.A., James, S.A., & Jensen, E.W. (1983). The family routines inventory: Development and validation. *Social Science and Medicine*, 17, 201- 211.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. J. (1994). *Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model*. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G.W, (2020). Developmental Science in the 21st Century: Emerging Questions, Theoretical Models, Research Designs and Empirical Findings. *Social Development*, 9, 1, 2000. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2091427/mod_resource/content/1/Nature-Nurture%20Reconceptualized%20in%20Developmental%20Perspective%20A%20Bioecological%20Model.pdf
- Cardoso, A. F., Cruz, D. A., & Costa, E. F. (2020). O direito à Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes com Deficiência e Institucionalizados. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, A. de M. J. da Silva, & E. J. S. da Cruz (Org), *Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes* (pp. 41- 60). Curitiba: Appris.
- Cavalcante, L. I. C., & Cruz, D. A. (2018). Acolhimento institucional de crianças: qualidade do ambiente e desenvolvimento. In L. I. C. Cavalcante, C. M. C. Magalhães, L. da S. Correia, E. F. Costa, & D. A. Cruz (Org.), *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências para boas práticas* (pp. 19-36). Curitiba: Juruá.
- Carvalho, C., & Amorim, K. de S. (2020). Interações de Cuidado de Crianças e Bebês em Contexto de Acolhimento Institucional. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, A. de M. J. da Silva, & E. J. S. da Cruz (Org), *Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes* (pp. 41- 60). Curitiba: Appris.
- Cisne, J. J. N., & Cisne, L. M. C. (2016). Políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil: Uma breve abordagem histórica e o desafio da descontinuidade. *THEMIS: Revista da Esmec*, 13, 109-146.
- Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente (CONANDA) (2009). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), & Conselho Nacional Dos Direitos Da

Criança e Do Adolescente (Conanda). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.

Corrêa, L. D. S., Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Reis, D. C. D. (2016). Conceptions and practices of educators at child sheltering institutions. *Early Child Development and Care*, 1-11.

Corrêa, L.D.S. & Cavalcante, L. I. C. (2013). Shelter educators: conceptions on development and care practices in play situation. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317.

Costa, A. C. R. & Cavalcante, L. I. C. (2018). Fatores de risco no desenvolvimento e nas relações de amizade de adolescentes em acolhimento institucional. *Pretextos*, 3(5), 376-391.

Epifânio, T. P. & Gonçalves, M. V. (2017). Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 25(2), 373-386.

Fernandes, G. C. M., Boehs, A. E., Denham, S. A., Nitschke, R. G., & Martini, J. G. (2017). Rural families' interpretations of experiencing unexpected transition in the wake of a natural disaster. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(1).

Goffman, E., Leite, D. M., & de Souza, A. C. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*.

Heumann S., Cavalcante L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento

institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro*, 70 (2): 22-37.

Jensen, E. W., James, S. A., Boyce, W. T., & Hartnett, S. A. (1983). The family Routines Inventory: Development and validation. *Social Science and Medicine*, 17, 201-211.

Machado, T., & Serrano, J. (2012). Rotinas de vida de crianças e jovens acolhidos em lares de infância e juventude. *Estudos em desenvolvimento motor da criança V*, 185-190.

Nascimento, R. G., Cardoso, R. de O. Santos. Z. N. L. Pinto. D. da S., Magalhães, C. M. C (2019). Rotinas de famílias de idosos ribeirinhos amazônicos e reestruturações de papéis na velhice. *Ciências Psicológicas*, vol. 13, núm. 1, pp. 164-170. Recuperado de <http://www.scielo.edu.uy/pdf/cp/v13n1/1688-4221-cp-13-01-164.pdf>

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Edições Loyola.

Santos, J. O., Magalhães, C. M. C., Silva, A. de M. J., Furtado, M. P. (2020). Equipe Técnica Diante da Visita Familiar em uma Instituição de Acolhimento Infantil. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, A. de M. J. da Silva, & E. J. S. da Cruz (Org), *Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes* (pp. 41- 60). Curitiba: Appris.

Silva, F. H. O. B., & Cavalcante, L.I. C. (2015). Rotinas Familiares de Crianças com Necessidades Especiais em Família Adotiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(2), 173-180. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015021920173180>

Silva, S. S. da C., & Pontes, F. A. R. (2016). Rotina de famílias de crianças com paralisia cerebral. *Educar em Revista*, (59), 65-78. DOI: 10.1590/0104-4060.44688.

Silva, S. S. da C., Pontes, F. A. R., dos Santos, T. M., Maluschke, J. B., Mendes, L. S. A., doReis, D. C., & da Silva, S. D. B. (2010). Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: uma possibilidade de investigação. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(2), 341-350.

Tenório, J.de A, Lima, A. de O.(2020). Caracterização da Rotina de Atendimento em Instituição de Acolhimento Infantil. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, A. de M. J. da Silva, & E. J. S. da Cruz (Org), *Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes* (pp. 41- 60). Curitiba: Appris.